



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO**

**XIX SEPE - SEMANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO SETOR DE
EDUCAÇÃO / I EREBIO – REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE
ENSINO DE BIOLOGIA – REGIONAL SUL.**

ANÁLISE DO DESLOCAMENTO CONCEITUAL DE QUALIFICAÇÃO PARA COMPETÊNCIA: CONCEPÇÕES DE FORMAÇÃO DO TRABALHADOR.

Meire Donata Balzer – UFPR

meiredonata@ig.com.br

A escola do século XXI tem que abarcar sob a sua responsabilidade uma série de funções e papéis, que vão desde a socialização do conhecimento até a distribuição de leite¹, passando ainda, pela administração e muitas vezes captação de recursos, realizadas com festas e contribuições particulares. Segundo TORRES (1995), no modelo atual de administração pública, existe um processo de reestruturação econômica e um progressivo encolhimento (redução) da atuação do Estado, em áreas sociais como educação, saúde, habitação, previdência social e transporte. Tal forma de administração pública é conhecida como Neoliberalismo. Mais que uma tentativa de Reforma do Estado, tal pensamento é caracterizado por uma tendência de racionalização da administração pública, e mais que isso, é uma visão de mundo, nascida na Suíça de um grupo de pensadores em 1947, dentre os quais encontramos Popper e Lippmann. Esse ideário ficou adormecido até início da década de 70, quando se agravou a crise do capitalismo, com baixas taxas de crescimento econômico e altas taxas de inflação. (CHAUÍ, 1999).

No Brasil, tal tendência se fortalece no início dos anos 90 com inúmeras privatizações, enxugamento da máquina estatal, incentivo ao mercado financeiro, e inúmeras atividades solidárias.

Nesse movimento de encolhimento do Estado, outro fator importante é, o da mundialização da economia. Segundo SALAMA (1999, p.38)

A globalização, acompanhada da retirada do Estado, provoca direta e indiretamente uma redistribuição significativa da renda; as desigualdades entre capital e trabalho se acentuam à

¹ Programa “Leite das crianças” do governo do Estado do Paraná.

medida que a financeirização das empresas se expande e que os mercados financeiros se tornam "emergentes"... as desigualdades no interior do trabalho se acentuam entre trabalhadores qualificados e não qualificados.

Explicitado o contexto das reformas, buscaremos entender as concepções de formação para o trabalho, analisando o deslocamento conceitual da noção de "qualificação" para a de "competências", atual ênfase das políticas públicas para a área de educação.

Para isso, optamos pela análise dos documentos oficiais da última etapa da escolarização básica, o Ensino Médio e também de alguns autores que já analisam esse fenômeno no Brasil e fora dele, como é o caso de: DUBAR (1998), KUENZER (1995) e SILVA (2003 e 2004), dentre outros.

Trabalho e escola

Desde os tempos mais remotos os homens criaram maneiras, tempos e lugares de instrumentalizar/ensinar as novas gerações. Segundo ENGUITA (1987, p.105) "Nas sociedades primitivas podem ser os jogos ou as fratrias de adolescentes, marcado o seu desenvolvimento por algum que outro rito de iniciação".

Na sociedade medieval a socialização da grande maioria era realizada no trabalho da terra com os pais, para as meninas o ideal era ficar em casa aprendendo com as mães as tarefas domésticas, em seguida, muitas famílias assumiram a educação não só de seus filhos como também dos filhos dos outros. As crianças eram socializadas a partir da inserção no mundo dos adultos. (ENGUITA, 1987)

O mundo dos adultos é o mundo do trabalho. MARX (1996, p.297) entendia trabalho como um processo de transformação e mediação; "Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza".

Esse processo de mediação é colocado pelo autor de maneira distinta da mediação realizada pelos animais, pois o homem tem a capacidade de antecipar suas

ações. Para BRAVERMAN (1987, p.50) “O trabalho humano é consciente e proposital, ao passo que o trabalho dos outros animais é instintivo”.

A diferença do trabalho humano planejado para o trabalho instintivo dos animais foi bem explicitada por MARX (1996) na sua famosa diferenciação entre o arquiteto e a abelha.

Podemos inferir que o trabalho é para o homem parte constitutiva de seu ser, na obra de LUKÁCS, ele assume um sentido ontológico, na sua análise sobre a obra do

autor, ANTUNES (1999, p. 136) afirma: “O trabalho constitui-se como categoria intermediária que possibilita o salto ontológico das formas pré-humanas para o ser social. Ele está no centro do processo de humanização do homem”.

Mesmo sendo o centro do processo de humanização do homem, o trabalho quando analisado na realidade social capitalista sofre profundas mudanças, pois neste modelo de produção há a exacerbação da exploração do trabalho humano e também a sua alienação. A alienação do trabalho no capitalismo consiste em um esvaziamento de seu conteúdo material e espiritual, conforme KUENZER (1995) ela ocorre em dois planos:

Esta alienação se dá em dois planos: o subjetivo e o objetivo. Considerada do ângulo subjetivo, a alienação significa o não reconhecimento de si nos seus produtos, na sua atividade produtiva e nos demais homens, que lhe surgem como seres estranhos e exteriores a si. Independentemente do que possa sentir o operário, a alienação tem um conteúdo objetivo, evidenciado pela sua pauperização material e espiritual em contraste com a riqueza que produz; o trabalho alienado, além de produzir mercadoria, produz em puro meio de subsistência e não em uma atividade vital; o operário é separado do seu produto e dos meios de produção, que são apropriados pelo capitalista (KUENZER,1995,p.33).

As modificações sofridas pelo trabalho foram seguidas por modificações na maneira como se formam os trabalhadores. Voltemos a pensar nas concepções de formação para o trabalho. Como já mencionamos, os homens criaram locais para formar os outros homens. O principal meio formador de trabalhadores na sociedade capitalista é a escola.

A questão do trabalho é central para se pensar a escola porque é por meio dela que as novas gerações atingirão ou não, as condições cognitivas e conceituais para serem inseridas na sociedade.

Discurso da escola para o povo

A burguesia em ascensão organizou um discurso que pudesse, ao mesmo tempo, cooptar o povo para seus projetos e também desqualificar o poder hegemônico, até então, a Igreja e a nobreza. O discurso adotado foi o da educação para o povo, mas claro que com certa dosagem, já que não havia a pretensão de que o poder recém chegado passasse de mãos burguesas para as camadas mais pobres da população.

Havia a necessidade de um “novo homem” para estes projetos, não poderia ser mais o homem submisso conforme os padrões religiosos, era preciso uma conformação, ENGUITA (1987, p.113) destaca qual:

A partir de agora, devia aceitar trabalhar para outro e fazê-lo nas condições que este outro lhe impusesse. Se os meios para dobrar os adultos iam ser a fome, o internamento ou a força, a infância (os adultos das gerações seguintes) oferecia a vantagem de poder ser modelada desde o princípio de acordo com as necessidades da nova ordem capitalista e industrial, com as novas relações de produção e os novos processos de trabalho.

Havia um mecanismo social extremamente poderoso, que não havia sido criado com esta finalidade, mas que atingiria este objetivo, era a escola. Este seria o ambiente ideal para conformar mentes e corpos, discipliná-los para os rigores na nova ordem e para a indústria que se multiplicava.

O processo de industrialização teve início com a Revolução Industrial na Inglaterra nos séculos XVIII e XIX. O novo sistema de produção visava à produção em larga escala e a superação do modo de produção artesanal². Na produção artesanal o empregado era formado no mesmo local do emprego, ao aprendiz eram colocados os instrumentos e conhecimentos necessários para a aprendizagem da profissão. Com a industrialização e a produção em larga escala havia a necessidade de um contingente muito grande de trabalhadores. BRAVERMAN (1987, p. 124) destaca uma especificidade deste modelo

...a habituação dos trabalhadores ao modo capitalista de produção deve ser renovada a cada geração, tanto mais que as novas gerações surgidas sob o capitalismo não são formadas dentro da matriz da vida de trabalho, mas jogadas no trabalho vindas de fora, por assim dizer, após um prolongado período de adolescência durante a qual são mantidas na reserva.

² Importante destacar que esta superação não ocorreu de forma linear, ainda hoje existe a produção artesanal em muitos setores.

Neste sentido podemos inferir que a escola seria um local tanto de formação como de reserva da “nova mão-de-obra”, pronta para, assim que haja necessidade social, engrossar o exército de ativos.

O pensamento de SILVA (2004,p.3) nos ajuda a entender que a educação pode assumir um novo caráter: “A educação adquire o status de formação administrada quando se demarcam finalidades predeterminadas com vistas à adequá-la a requisitos postos pela sociedade,....”

Assim, neste sentido os requisitos sociais ficavam a cada dia mais complexos na medida que o ritmo da industrialização e da organização fabril se intensificavam, toda essa modificação foi assumida também pela escola.

Na indústria a grande mudança viria com as idéias de administração e racionalização científica do trabalho de F. W. Taylor, que propunham um controle rigoroso e organizado dos processos de produção e conseqüentemente do próprio trabalhador, atingindo um alto nível de padronização e repetição das tarefas, visando o aumento da produção e a diminuição de seus custos. Fazendo a análise da teoria de Taylor, KUENZER (1995, p.51) escreve sobre a visão do industrial sobre o trabalhador:

A “humanidade e espiritualidade” do trabalhador presentes no trabalho do artesão, cuja personalidade se refletia no produto do seu trabalho, são incompatíveis com a industrialização crescente. A preocupação que persiste é apenas com a manutenção de determinado equilíbrio psicofísico de modo a não estrangular-se o progresso do processo produtivo a partir do colapso do trabalhador. Para o industrial, a continuidade da eficiência física, muscular e nervosa do trabalhador é fundamental. De vez que a rotatividade da força de trabalho representa um custo adicional que reduz os ganhos do capital.

Se na indústria as idéias de Taylor ganham força, na escola essas tendências são adotadas através do controle do currículo, vários são os modelos, dos mais rígidos até o democrático de Dewey, mas um deles se destaca, é o idealizado por Bobbit. Em sua tese de doutoramento SILVA (2003) analisa esse histórico e afirma:

As propostas de Bobbit assemelham-se em muito aos princípios adotados pela organização do trabalho fabril inspirados em Frederick W.Taylor. Para aquele teórico, a escola deveria se organizar tal qual se fosse uma indústria. Deveria especificar rigorosamente os resultados que buscava alcançar, bem como precisar os métodos e os mecanismos de mensuração com vistas a saber se os resultados propostos estariam sendo atingidos. De modo sintético, as proposições de Bobbit levam o sistema educacional a estabelecer seus objetivos com base nas demandas de formação previstas pelo mercado de trabalho. (SILVA, 2003, p. 56)

A lógica industrial que separava dois grupos de pessoas é reforçada no interior da escola, desta forma, se consolida de forma assustadora a cisão entre “aqueles que pensam” e “aqueles que executam”.

Como destaca SILVA (2003) na citação acima, o sistema educacional assume as demandas de formação estabelecidas pelo mercado, esse movimento iniciado com Bobbit, prossegue nas décadas seguintes não só no modelo americano, mas, como veremos também no brasileiro.

Desta maneira, a cada evolução nos sistemas de trabalho, principalmente na automobilística, vemos ditadas novas regras para a formação do trabalhador, da sociedade e da escola. Conforme SÁ (1986, p. 23) “A história da educação, nestes últimos cinquenta anos, tem sido a história da radicalização da implantação de relações capitalistas no trabalho pedagógico, a agonia das relações anteriores (caos) e ensaios de surgimento de novíssimas relações”.

Nessas novíssimas relações, debates acerca de qualificação deste trabalhador ganham corpo, principalmente com o surgimento na década de 50 da sociologia francesa do trabalho que buscava entender as modificações ocorridas no trabalho.

As noções de “qualificação” e “competências” e o Ensino Médio

Os debates em torno das mudanças do trabalho são iniciados na década de 50. Segundo MANFREDI (1998) a concepção de qualificação surge atrelada a de idéia de desenvolvimento das décadas de 50 e 60, visando adequar as demandas dos sistemas ocupacionais e as do sistema educacional. Suas raízes estariam colocadas na Escola Americana da Teoria do Capital Humano. Na sua análise ela afirma:

Eles defendiam a importância da instrução e do progresso do conhecimento como ingredientes fundamentais para a formação do chamado capital humano, de recursos humanos, isto é, a solução para a escassez de pessoas possuidoras de habilidades-chave para atuarem nos setores em processo de modernização. (1998, p.16).

Nessa perspectiva a noção de qualificação estaria ligada à criação de um mercado formal de mão-de-obra diversificada que atendesse aos apelos da organização econômica da produção.

Na ampliação da noção de qualificação, podemos destacar como relevante a abordagem de MACHADO (1992) com base em três teóricos: MARX, ROLLE e FREYSSINET. Para o primeiro, seriam “condições físicas e mentais da apresentadas pela força de trabalho de uma sociedade” que variam historicamente a partir de uma síntese de vários elementos que vão desde grau médio de destreza dos indivíduos até o desenvolvimento da ciência e a sua aplicação. (p.9). Segundo ROLLE seria “uma maneira de mobilizar, reproduzir e de adicionar as diversas formas de trabalho”, já para o último teórico seria a capacidade que pressupõe conhecimento, experiência, autoridade e possibilidades materiais (p.10).

Sobre este último, a autora destaca “Aqui está presente a idéia de que o saber do homem é o saber de um ser ativo, consciente e objetivante, ou seja, não só concebe de forma abrangente (conhecendo alternativas existentes), mas, realiza as soluções escolhidas, reconhecendo-se responsável por elas” (p.10). Ela termina apontando para a análise marxiana que argumenta ser no capitalismo que as relações se coisificam para assumir um valor de troca (p.11).

As noções de competência também concebem um sujeito ativo e responsável por suas ações, que seja capaz de mobilizar seus conhecimentos frente às diversas demandas no local de trabalho.

Com relação à noção de competência, sua origem está longe do local de trabalho. Segundo SILVA (2003), em uma minuciosa análise destas origens, a autora dedica um capítulo para o surgimento da noção de competência em três áreas do conhecimento, a primeira é a Psicologia de Piaget – que sugere o papel preponderante do sujeito em acompanhar as rápidas mudanças da sociedade e que os mecanismos para isto, seriam os conceitos de assimilação e acomodação; – a segunda área é a da Lingüística de Noan Chomski – com suas bases na concepção inatista, enfatiza que as capacidades para o desempenho lingüístico estão no sujeito desde que esse nasce, – já na última área, a Pedagogia Tecnicista e por objetivos: – com a preponderância das técnicas e sua compreensão de aprendizagem mecânica, decorrentes das escolas americanas da Teoria de Sistemas e do behaviorismo.

Enquanto SILVA (2003) busca analisar os teóricos, MANFREDI (1998, p.7) só explicita os profissionais “... a expressão competências sempre fez parte do vocabulário de psicólogos, lingüistas e educadores”.

Contudo, é na década de 90 que as noções de competência se deslocam das áreas de conhecimento analisadas por SILVA (2003) com o intuito de substituir a noção de qualificação. A idéia de competências passa a incorporar vários documentos oficiais da área educacional e também, o ideário de muitos teóricos.

Uma das causas deste deslocamento segundo INVERNIZZI (s.d., p. 2) seria “As diferentes versões do enfoque da competência consideram o conceito de qualificação demasiado rígido e estático para captar os novos e cambiantes conteúdos do trabalho característicos dos sistemas produtivos flexíveis”.

A nova base produtiva que passou do modelo taylorista (rígido) para o toyotista (flexível) exigiu várias outras mudanças, que vão desde flexibilizações dos processos de trabalho, passando pelos produtos e padrões de consumo, até chegar na alteração da percepção de tempo e espaço³.

O modelo de competência adotado pelas políticas educacionais da década de 90 reflete as mudanças sociais destacadas por HARVEY (1989) e as exigências do perfil de um novo trabalhador, que na visão de MACHADO (1992, p. 15) seriam:

Com a flexibilização funcional um novo perfil de qualificação da força de trabalho parece emergir e, em linhas gerais, pode-se dizer que estão sendo postas exigências como: posse de escolaridade básica, de capacidade de adaptação a novas situações, de compreensão global de um conjunto de tarefas e das funções conexas, o que demanda capacidade de abstração e de seleção, trato e interpretação de informações.

Essas novas exigências aparecem nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Ensino Médio (Parecer 15/98) que na sua página 37 diz

...a formação básica a ser buscada no ensino médio se realizará mais pela constituição de competências, habilidades e disposições de condutas do que pela quantidade de informação. Aprender a aprender e a pensar, a relacionar o conhecimento com os dados *da experiência cotidiana*, a dar significado ao aprendido e a captar o significado do mundo, fazer a ponte entre teoria e prática, a fundamentar a crítica, a argumentar com base em fatos, a lidar com o sentimento que a aprendizagem desperta.

As capacidades de aprender a aprender e a de associar os conhecimentos à prática cotidiana, buscam formar um sujeito que possa adequar seus conhecimentos de

³ Essas mudanças podem ser analisadas na obra de David HARVEY chamada a “Condição Pós-moderna” de 1989, p.140.

forma rápida e precisa às demandas operacionais da produção. SILVA (2004) destaca que a noção de competências está articulada aos processos de trabalho da reestruturação produtiva e social. Para a autora “a centralidade da noção de competências, como eixo articulador da formação e da atuação profissional desloca, para o indivíduo, a responsabilidade de assegurar as condições de ingresso e permanência no emprego,...” (p. 8)

As análises de SILVA (2004) tornam-se ainda mais pertinentes quando lemos o texto das Diretrizes do Ensino Médio na página 18 que afirma “Nas condições contemporâneas de produção de bens, serviços e conhecimentos, a preparação de recursos humanos para um desenvolvimento sustentável *supõe desenvolver capacidade de assimilar mudanças tecnológicas e adaptar-se a novas formas de organização do trabalho.*” (grifo nosso).

É possível inferir que o deslocamento conceitual da noção de qualificação para o de competência ocorre visando uma adequação às modificações no modelo produtivo, que por sua vez, são incorporadas na reforma da década de 90 do Ensino Médio e trazidas para o interior da escola brasileira.

Considerações finais

Com base nos autores analisados e também no documento das Diretrizes Nacionais do Ensino Médio, podemos entender que, o discurso oficial que pretende uma nova formação para o egresso do Ensino Médio, procurando que este seja mais autônomo, na verdade busca que o aluno desenvolva as condições para melhor submeter seus conhecimentos ao capital.

Desta forma, concordamos com INVERNIZZI (s.d.,p.15) que entende “...os comportamentos e capacidades técnicas podem ser tratados de forma indiferenciada pelos interesses do capital, o mesmo não ocorre desde uma perspectiva que considere relevante a luta dos trabalhadores pela posse dos conhecimentos científicos e tecnológicos plasmados na produção e contra a exploração”.

Na medida em que se intensificam as mudanças tecnológicas e que, conforme destacado pela autora acima citada, a noção de competência beneficia o capital em detrimento do trabalho, a adoção deste modelo de formação humana tende a distanciar o trabalhador do domínio da técnica e da ciência constitutiva da sua atividade laborativa.

Na escola, essa lógica perversa que tem gerado muitas confusões conceituais, tende a intensificar a cada dia a busca dos jovens por uma noção falaciosa, tanto da sua formação quanto da relação capital-trabalho.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Os Sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 5ª ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica. *Parecer 15/98. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio*. Brasília, CNE/CEB, 1998.

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e Capital Monopolista. A degradação do trabalho no Século XX. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

CHAUÍ, Marilena. **Universidade em Ruínas**. In: Universidade em ruínas na Republica dos Professores. Org.: Trindade, Héglio. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

DUBAR, Claude. A Sociologia do Trabalho frente à qualificação e à competência. In: **Educação & Sociedade** nº 64, setembro de 98.

ENGUITA, Mariano F. A face oculta da escola. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 4ª ed. São Paulo: Loyola, 1994.

INVERNIZZI, Noela. Teoria da Competência: categorias analíticas e ideologia na compreensão dos novos processos de trabalho. (mimeo).

KUENZER, Acácia Zeneida. Pedagogia da Fábrica. As relações de produção e a educação do trabalhador. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

MACHADO, Lucília R. de S. Mudanças tecnológicas e a educação da classe trabalhadora. In: *Trabalho e educação*. Campinas, SP: Papirus: CEDES; São Paulo: ANDE, ANPED, 1992. (Coletânea CBE).

MANFREDI, Silvia Maria. Editorial - Revista especial - Competência, qualificação e trabalho. *Educação & Sociedade*. Ano XIX, nº 64, setembro, 1998a.

MARX, Karl. O Capital. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SALAMA, Pierre. Pobreza e Exploração do Trabalho na América Latina. São Paulo: Boitempo, 1999.

SÁ, Nicanor Palhares. O aprofundamento das relações capitalistas no interior da escola. **IN: Cadernos de Pesquisa**, São Paulo (57): p. 20-29, maio de 1986.

SILVA, Mônica Ribeiro. **Competências: a pedagogia do “novo ensino médio”**. São Paulo: PUC/SP, 2003 (Tese de Doutorado).

_____. Competências: fluidez e ambigüidades para administrar a formação do “novo” trabalhador. 27ª Reunião anual da ANPED, Caxambu-MG, 2004.

TORRES, Carlos Alberto. Estado, privatização e política educacional: elementos para uma crítica do neoliberalismo. IN: **Pedagogia da exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.